

Identidade de Gênero e Orientação Sexual: Desnaturalização do Sexo nas Aulas de Biologia a Partir da Situação de Estudo (SE)

Identidad de Género y Orientación Sexual: Desnaturalización del Sexo en las Clases de Biología a Partir de la Situación de Estudio (SE)

Gender Identity and Sexual Orientation: Denaturalization of Sex in Biology Classes Based on a Study Situation (SS)

*George Inácio Viana de Abreu, Marcele Homrich Ravasio, Eva Teresinha de Oliveira Boff
Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí/Brasil
marcele.ravasio@iffarroupilha.edu.br*

Recibido 25/04/2018 – Aceptado 27/12/2018

Resumo

A escola é um ambiente sociocultural que deve permanecer conectado às temáticas sociais. Nesse sentido, o presente trabalho é um relato de experiência vivenciado durante uma regência de classe em uma turma de primeiro ano de Ensino Médio nas aulas de biologia, e ocorreu em três etapas: planejamento da unidade didática, problematização e debate sobre o tema e sistematização. Foram desenvolvidos os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual que, embora sejam amplamente discutidos nas mídias, ainda se constituem em obstáculos para os docentes. O trabalho contribuiu com a ampliação da visibilidade do tema e com a formação de sujeitos críticos referente a essas questões emergentes no corpo social.

Palavras-chave: Diversidade; Gênero; Identidade; Aulas de biologia.

Abstract

School is a socio-cultural environment that must remain connected to social issues. However, different conceptions and meanings attributed to the curriculum, create obstacles to debate the issue of diversity in the school. The present work is an experience report on Biology classes with first year middle school students. The experience was carried out in three stages: Planning of didactic unit, discussion of the topic and systematization. Although the concepts of gender, identity and sexual orientation are widely addressed in the media, they still represent obstacles for teachers. This article contributed to the expansion of the visibility of the issue, and to the formation of critical subjects regarding these emerging concerns in the social body.

Keywords: Diversity; Gender; Identify; Biology Classes.

Identidad de Género y Orientación Sexual: Desnaturalización del Sexo en las Clases de Biología a Partir de la Situación de Estudio (SE)

Resumen extenso

La escuela es un ambiente socio cultural que debe permanecer conectado a las temáticas sociales. En este sentido, el presente trabajo es el relato de una experiencia vivida en una clase de primer año de enseñanza media en las clases de Biología. El trabajo ocurrió en tres etapas: planificación de la unidad didáctica, problematización y debate sobre el tema y sistematización. La primera etapa fue la organización y la planificación colectiva de la Unidad Didáctica. Durante esta etapa, se buscó la profundización de los conceptos de identidad de género y orientación sexual, así como otros relacionados a la diversidad. La preparación para el desarrollo áulico fue por medio de estudio teórico, lectura de artículos, debates, análisis de videos, películas y documentales. La segunda etapa implicó el desarrollo áulico abordando la diversidad en una amplia gama de manifestaciones, en la que se observaron aspectos relacionados con la constitución de lo masculino y de lo femenino y sus interrelaciones con el contexto social, y se llevó a la discusión sobre lo que significa ser hombre o mujer en el mundo contemporáneo. En un segundo momento, se llevó a cabo la problematización, buscando averiguar qué vivencias y conceptos sobre identidad de género y orientación sexual habían experimentado los sujetos. La experiencia culminó con una presentación que incluyó conceptos, ejemplos y noticias que repercutieron en los medios y se relacionan con el concepto de diversidad. La última etapa comprendió el proceso de sistematización de los asuntos debatidos, desarrollados y expuestos en el aula en el marco de un trabajo extra-clase solicitado al estudiantado. Este incluyó dos ejes, el primero apuntó a la formación conceptual de los asuntos trabajados en el aula y el segundo ampliaba la discusión del tema, buscando la argumentación acerca de la homofobia, la transfobia y el concepto de familia. El trabajo contribuyó con la ampliación de la visibilidad del tema y con la formación de sujetos críticos referentes a esas cuestiones emergentes en el cuerpo social.

Palabras clave: Diversidad; Género; Identidad; Clases de biología.

Introdução

A escola constitui um espaço sociocultural e, como tal, deve permanecer atenta às temáticas emergentes no contexto cultural e social. O conceito de instituição de ensino, todavia, ainda está vinculado a um ambiente formal de ensino, restringindo a visão da mesma a processos de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, observa-se, ainda, a visão reducionista do papel da escola na formação do sujeito cognoscente, encontrando sentidos e significados atribuídos a essa instituição na teoria do currículo tradicional.

A função da escola e seu currículo durante grande parte da história dessa instituição foi a formação de mão de obra qualificada; um sujeito que atendesse às demandas produtivas e que soubesse o mínimo e o indispensável para tal atribuição. Com os avanços

das pesquisas na área da educação e sociologia da educação, no entanto, emerge a concepção crítica do currículo escolar, apresentada por autores como Michel Foucault, que defendem que a escola reflete a sociedade, justificando, assim, as desigualdade sociais pela ausência da representatividade de tais minorias no ambiente escolar.

A construção da escola como um ambiente que espelha a sociedade, contribui para a elaboração da questão: De que forma a escola reflete e contribui na formação desses sujeitos para a vida na sociedade? Abrindo uma nova área de pesquisa no ensino de ciências, autores como Foucault (1987) fazem a crítica de que a escola é um ambiente normatizador, com regras, horários e disciplinas predefinidas, e que comportamentos que destoam da construção social do "normal" passam a ser vigiados e punidos. O poder disciplinar no início do século 17 foi conhecido como a arte do bom adestramento, fazendo com que todas as suas forças fossem utilizadas da melhor forma possível não para o indivíduo, mas, sim, para os sistemas de produção:

O poder na vigilância hierárquica das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um "chefe", é o aparelho inteiro que produz "poder" e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente "discreto", pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz "funcionar" um poder relacional que se autossustenta [sic] por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a "física" do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos "corporal" por ser mais sabiamente "físico" (Foucault, 1987, p. 174).

Entre o vigiar e o punir encontram-se as críticas ao ambiente de ensino, que não constituía um espaço aberto a discussões e expressão da diversidade; o mesmo sistema de ensino falho, que condenava sujeitos a uma aprendizagem condicionada ao modelo skineriano, baseado no estímulo, representado na figura do mestre e na resposta mecânica repetida pelo estudante. Isso evidencia novamente um fator para o qual Foucault (1987) nos chama atenção: a hierarquização nas relações de poder entre aluno e professor. As constantes críticas ao perfil de formação dos sujeitos, aliadas a elevados índices de evasão e reprovação escolar, abrem discussão acerca das concepções de currículo vigentes e sua eficiência.

Nesse mesmo cenário emergem as lutas de movimentos sociais, negros, feministas e LGBTs, reivindicando o respeito à diversidade, nascendo, assim, a teoria de currículo pós-crítica, que reúne alguns fundamentos da teoria crítica e amplia, com a sua centralidade,

os estudos culturais que implicam profunda consideração pela diversidade cultural (Silva, 2010).

Tal proposta encontra-se embasada na desconstrução de padrões de gênero e do patriarcalismo instituído na sociedade, apresentando uma visão de respeito à individualidade do sujeito (Silva, 2010). A teoria, contudo, encontrou resistência dos setores mais conservadores da sociedade, nos quais, muitas vezes, tais problemáticas remetem a construções históricas, alicerçadas em preceitos religiosos ou fundamentalistas, o que diminui o reconhecimento dessa teoria.

A diversidade em sala de aula ainda é um assunto novo, embora conste nos documentos e legislações oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), a ideia da escola como espaço plural e diversificado. Aparece em seguida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), incluindo o debate da educação e da orientação sexual na escola, ou tendo sua divulgação por meio de projetos desenvolvidos de forma isolada em alguns Estados brasileiros.

Algumas cartilhas de orientação foram elaboradas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de ampliar a visibilidade ao tema da diversidade sexual; outras, no entanto, foram barradas e não chegaram às escolas. O argumento foi que essas discussões poderiam incentivar crianças a “se tornarem” homossexuais, refletindo novamente aspectos de ordem cristã sob uma causa educacional, que, ironicamente, encontra-se amparada e definida como um espaço laico. Joan Scott (1995) entende que gênero constitui uma forma primária de significação das relações de poder, embora não seja o único campo de ingerência do poder, mas “ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação de poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (p. 88).

Recentemente, em abril de 2017, o portal IG noticiou a retirada dos conceitos de identidade de gênero e orientação sexual da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua última versão, evidenciando os esforços dos setores mais conservadores da sociedade em diminuir, ou excluir, o debate sobre a diversidade em sala de aula. Em virtude da força dos movimentos populares e de algumas partes mais liberais das bancas do Senado e Congresso Nacional, e por meio de intervenções do Superior Tribunal Federal, todavia, ainda existe a possibilidade de os conceitos retornarem a BNCC.

Considerando o panorama anteriormente apresentado, e entendendo que as aulas de biologia devem ir além da formação conceitual e disciplinar, o presente trabalho é resultado da atividade de regência de classe desenvolvida no componente curricular de Estágio em Biologia Ensino Médio II, em uma turma de primeiro ano de uma escola pública da cidade de Ijuí, RS. O objetivo deste trabalho é realizar um relato de experiência reflexiva sobre o desenvolvimento de unidade temática de estudo sobre identidade de gênero e orientação sexual.

A pertinência da discussão sobre gênero, articulada ao conteúdo curricular do sistema genetal, é fundamental, considerando que o conceito de gênero tem uma história recente, sendo utilizado pela primeira vez pelo biólogo estadunidense John Money, em

1955, para se referir aos aspectos sociais do sexo. Educar a partir de uma perspectiva integral é possibilitar a compreensão do corpo em sua abordagem biológica articulada a significados sociais e psicológicos, assim como problematizá-los. Para tanto, é função do professor inserir no espaço escolar tais discussões que fazem parte do cotidiano dos alunos.

Nesse sentido, as amarras dos conceitos disciplinares e o reducionismo precisam ser transpostos, considerando aspectos interdisciplinares e transdisciplinares. A visão, ainda dominante entre docentes, de que elencar discussões dos aspectos sociais de identidade de gênero e orientação sexual acaba desvirtuando o processo de aprendizagem, parece um tanto quanto equivocado, posto que são temas que se inter-relacionam tanto em seus aspectos conceituais quanto nas experiências e vivências da vida cotidiana.

Identidade de Gênero e Orientação Sexual: desnaturalização do sexo

Por um lado, em geral, estes conceitos aproximam-se e, por vezes, entrelaçam-se ao refletirmos sobre o sexo biológico e a condição psíquica dos sujeitos, o que comumente facilita compreensões equivocadas de seus significados e, sobretudo, do lugar que as pessoas – homossexuais, lésbicas, pansexuais, transgêneros e travestis – ocupam no contexto de suas definições conceituais; por outro, revelam movimentos de ordem política e social que procuram impulsionar, no âmbito do ordenamento jurídico, a formalização de leis protetivas e o extensionamento de direitos já consagrados a estes sujeitos, que se encontram ainda numa espécie de limbo jurídico, reféns do preconceito e da estigmatização social. Ainda que, no âmbito político, os legisladores brasileiros não tenham conseguido romper o paradigma sociocultural, baseado no conservadorismo ideológico e reacionário, mantendo-se, assim, anestesiados os projetos-leis no legislativo federal, magistrados e a mais alta corte da justiça brasileira – o Supremo Tribunal Federal –, entretanto, têm demonstrado preocupação e posicionamento diante do tema.

Torna-se necessário, no entanto, uma conceituação particularizada em relação a estes conceitos. Desta forma, aqui entende-se gênero como uma categoria que se refere às relações sociais, culturais e de poder estabelecidas de forma desproporcional entre os sujeitos do gênero masculino e os do gênero feminino, baseada na diferença do sexo, processo legitimado por meio da construção social acerca dos diferentes papéis exercidos por homens e mulheres numa determinada sociedade. Ou seja, historicamente a definição de gênero baseada no sexo (aparato também construído socialmente a partir da dualidade homem e mulher) estabeleceu a hierarquização e a diferente valoração dos papéis sociais, determinando, na maioria das sociedades, a colonização do gênero feminino e a sujeição das mulheres a uma condição de subalternidade; por isso, torna-se importante cotejar o conceito de gênero como uma categoria relacional, na qual surge o reconhecimento de outros gêneros, excluindo-se o determinismo feminino e masculino, para emergir a observância da identidade de gênero e da orientação sexual destes sujeitos.

Para Joan Scott (1995), na medida em que se estabelecem formulações de gênero baseadas no sexo, cria-se um conjunto de referências que determina a compreensão e

a sistematização concreta e simbólica imposta pelas relações sociais. Entre os diversos exemplos destaca-se: “isso é coisa de homem” ou “isso é coisa de mulher”. Estes parâmetros deterministas de gênero passam a ser submetidos à concessão de poder por meio do domínio ou admissão distinta aos recursos materiais e simbólicos, tornando a conceitualização de gênero um fundamento determinante para a própria concepção e verificação das relações de poder. A autora destaca, ainda, que homem e mulher são simultaneamente categorias vazias, pois não possuem nenhuma definição irrevogável e transbordante, e, mesmo que a categoria aparente estar concluída, ainda se encontram interiormente elementos em controvérsia, e que futuramente “deve ser o gênero redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (Scott, 1995, p. 93).

No âmbito político-social, portanto, gênero constitui um conceito que se encontra em amplo processo de ressignificação, enquanto no âmbito da compreensão da subjetividade dos sujeitos significa sua condição psíquica em relação a sua identidade.

Identidade de gênero refere-se à condição psíquica, na qual o sujeito reconhece e posiciona-se pela aceitação ou negação de seu sexo, ainda que esta condição não determine a heterossexualidade, ou seja, não atenda aos padrões heteronormativos impostos pelo tradicionalismo reacionário das instituições sociais. Assim, a identidade de gênero posiciona impreterivelmente o sujeito numa relação pacífica ou conflituosa em relação aos discursos dominantes sobre o sexo. Este diálogo consigo mesmo constitui-se pacífico quando o sujeito nasce, por exemplo, com membro sexual e características masculinas, o reconhece e, psicicamente, assumirá sexualmente o lugar social e cultural de homem – condição heterossexual –, que se apresenta conflituosa quando o sujeito não se reconhece diante do seu sexo ou, ainda que se reconheça, sente desejo e afeto por pessoas do mesmo ou de ambos os sexos, situação que rompe o determinismo social e cultural que limita o sujeito ao discurso dominante sobre o corpo. Destaca-se que o conflito e os dilemas que habitam o sujeito são, principalmente, sociais, pois o indivíduo que nega a “função social” de seu sexo biológico ao assumir uma identidade transexual ou travesti, precisará justificar e enfrentar as instituições tradicionais – família, grupos de convívio, relações de trabalho e sociedade em geral. Desta forma, assumir uma identidade de gênero contrária aos padrões historicamente estabelecidos não é um processo gratuito, pois produz conflitos na subjetividade e, principalmente, na ordem das relações sociais.

Por fim, orientação sexual constitui a condição em relação a qual ou quais gênero(s) o sujeito sente-se atraído física ou emocionalmente, ou a ambos. A orientação sexual pode evidenciar situações reais que se distanciam muito dos padrões culturais de censura e repressão, ao revelar sujeitos que possuem uma condição heterossexual, homossexual ou mesmo que manifestam interesses por todos os gêneros – pansexual –, ou mesmo sujeitos que não possuem ou manifestam em raros momentos desejo por algum gênero – assexual. Nesse sentido, entende-se que orientação sexual e gênero, ainda que constituam conceitos próximos de constante diálogo entre si, não estabelecem uma condição de dependência de um em relação ao outro, pois as pessoas transgêneras, por exemplo, podem ter qualquer orientação sexual, independente do desejo de transpor fisicamente sua natureza biológica.

Este conceito faz emergir ainda a análise das práticas sexuais, nas quais os sujeitos se relacionam por meio das manifestações da sexualidade na busca de prazer e satisfação. Não é possível estabelecer, entretanto, um padrão conceitual para as práticas sexuais, muito menos definir determinadas ações e comportamentos como certos ou errados. As práticas sexuais, exceto aquelas que transgridem as previsões legais específicas, não podem ser determinadas por um padrão moral, pois revelam e materializam os próprios desejos, portanto trata-se de uma condição de liberdade e subversão em relação à moralidade.

O puritanismo implícito nos comportamentos sexuais historicamente apresentados nas culturas monogâmicas submetidas a grandes ordenamentos religiosos, atendem apenas aos anseios e interesses do conservadorismo moral, o qual reprimiu, sob ameaça de pecados, anormalidade, perversão e mesmo bruxaria, homens e mulheres a assumir sua condição. Tratou-se de uma sociedade do medo na qual tão necessário como controlar era dominar os corpos.

No sentido contrário, entende-se que a sexualidade deve ser vivida de tal modo que as práticas sexuais não sejam censuradas por padrões comportamentais endógenos à intimidade e privacidade dos sujeitos, pois uma relação heterossexual ou homossexual, respeitados os limites da vontade dos envolvidos, torna-se um lugar de liberdade, cumplicidade, transgressão e expansão do prazer e da satisfação sexual, por isso não há como definir certo ou errado; o que existe são sujeitos que se relacionam e manifestam sua condição sobre a sexualidade de formas diferentes. A naturalização de certo e errado para as práticas e comportamentos sexuais, portanto, precisa ser desnaturalizada e transgredida, para que a heterossexualidade compulsória ceda, ao menos no âmbito privado, espaço às múltiplas práticas sexuais. Na mesma direção, Leandro Colling (2015) destaca que "A heterossexualidade compulsória consiste na exigência de que todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, se apresenta como a única forma considerada normal de vivência da sexualidade" (p. 24). Esse aspecto do sujeito compreende a orientação sexual, ou seja, qual o seu parceiro sexual.

Ainda sobre identidade de gênero, na clássica obra *O Segundo Sexo*, 1973, Simone de Beauvoir declara que "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher". A expressão pode parecer um tanto quanto paradoxal, pois como alguém que não é mulher desde o começo pode, então, tornar-se uma? E mais, quem torna-se mulher? Existe alguém que se torna de seu gênero em um dado momento? Como um indivíduo transforma-se, converte-se, em outro gênero? Como essa construção do gênero ocorre? Quando surge esse instrumento na seara cultural e transfigura-se em alguém com aspectos de um gênero? Existe alguém que não possua gênero primariamente? (Beauvoir, 1973, p. 9).

O estabelecimento da naturalização disfarça as discontinuidades e as crises identitárias e históricas que permeiam o entendimento de gênero e também da orientação sexual, ou seja, uma cultura da mudança está em curso, na qual as estratégias políticas de gênero binário estão sendo denunciadas, questionadas e contrariadas por meio de intensos movimentos de ordem social e cultural a partir da revelação física e simbólica de homossexuais, bissexuais, pansexuais, transgêneros e travestis.

Evolução da Experiência

O presente trabalho é um relato de experiência reflexiva sobre uma atividade desenvolvida durante o componente curricular de Estágio em Ensino de Biologia II, que prevê a regência de classe em uma turma de Ensino Médio. O estágio está vinculado à Licenciatura de Biologia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, Ijuí/RS –, e a escola na qual o estagiário vinculou-se para desenvolver a regência de classe é da esfera estadual. Foi desenvolvida uma unidade de estudo com a temática identidade de gênero e orientação sexual, tendo como público-alvo uma turma de primeiro ano do Ensino Médio, onde o estagiário executou a regência de classe.

A turma na qual a atividade foi desenvolvida era composta por 24 estudantes, com 6 desses em evasão escolar, e do total de matriculados 18 sujeitos frequentavam regularmente as aulas. A escola atende diversos bairros da cidade e diferentes classes sociais. A turma apresentava como característica a inserção de três alunos incluídos, sujeitos de realidades sociais vulneráveis e conflituosas, o que, em diversos momentos, causava divergências.

A atividade realizada com essa turma foi organizada em três etapas correlacionadas, utilizando os pressupostos teóricos e metodológicos da Situação de Estudo (SE). A SE é uma proposta alternativa no ensino de ciências, que busca romper com a fragmentação e a linearidade do desenvolvimento de conceitos. Trata-se de situar o estudo no qual os conceitos científicos precisam estar em contextos de relevância social, cultural, de saúde e ricos para a construção de aprendizagens sobre os conteúdos disciplinares, conectados à realidade social dos estudantes (Oliveira Boff, Frison, Lottermann & Del Pino, 2008).

A SE é uma estratégia de ensino que vai muito além do simples repasse dos conteúdos escolares, pois integra conceitos, procedimentos e atitudes com vistas à constituição de cidadãos capazes de transformar a realidade em que vivem e, do mesmo modo, serem transformados por ela. O desenvolvimento do currículo, nesta concepção de ensino, considera o sujeito em sua integralidade, o que significa pensá-lo conectado a sua vida social, aos contextos de relevância social, de culturas e de vivências. É uma abordagem dos conteúdos disciplinares de modo interdisciplinar, contribuindo para a produção de sentidos e significados mais complexos para os estudantes (Oliveira Boff, Frison, Lottermann & Del Pino, 2008).

A primeira etapa foi constituída pela organização, recortes e planejamento coletivo da unidade didática com a orientadora de estágio na universidade, e, posteriormente, com a professora supervisora da escola. Durante essa etapa buscou-se o aprofundamento dos conceitos de identidade de gênero e orientação sexual, bem como de outros relacionados à diversidade. A preparação para o desenvolvimento da aula foi por meio de estudos teóricos, leitura de artigos, debates, análise de vídeos, filmes e documentários.

A segunda etapa constitui-se do desenvolvimento de duas aulas abordando a diversidade em sua ampla gama de manifestações, observando aspectos relacionados à constituição do masculino e do feminino e suas relações e inter-relações com o contexto social, abrindo a discussão sobre o que é ser homem e o que é ser mulher no mundo

contemporâneo. Em um segundo momento refere-se à etapa de problematização, buscando verificar quais as vivências e conceitos que os sujeitos haviam constituído sobre identidade de gênero e orientação sexual, seguido de apresentação expositiva em power point desses conceitos, exemplos e notícias que repercutiram na mídia associadas à diversidade.

A última etapa compreende o processo de sistematização dos assuntos debatidos, desenvolvidos e expostos em aula, quando foi encaminhado aos estudantes um trabalho extraclasse. Esse estava organizado sobre dois eixos: o primeiro verificava a formação conceitual dos assuntos desenvolvidos em aula, e o segundo ampliava a discussão do tema, colocando o discente perante a necessidade de argumentar e discorrer acerca de temas como homofobia, transfobia, conceito de família e novos arranjos familiares.

Após o desenvolvimento da atividade de sistematização, a mesma foi entregue na aula seguinte. Nessa mesma aula iniciou-se a problematização sobre o sistema genital do homem e da mulher. Nesse momento foi ressaltado que o estudo da anatomia acaba por considerar a sexualidade como expressão direta do gênero, e um dos estudantes interrompe a explicação destacando: “agora tudo faz sentido, após o debate da aula anterior (aula sobre identidade de gênero e orientação sexual). Agora consigo, compreendo o que tu quis dizer com não se pode restringir a sexualidade apenas à biologia” (Estudante A).

A fala do estudante A retoma o início da abordagem acerca do tema da diversidade sexual. Nesse sentido, apresentar o conceito de identidade de gênero antes do início do estudo da anatomia, pode ser um fator desencadeador de questões em sala de aula e para além dela. O aluno chama atenção ao fato de que não se pode reduzir a sexualidade apenas ao sexo, deixando implícito, em sua fala, o entendimento e a formação dos conceitos desenvolvidos na aula anterior. As ideias apresentadas pelo estudante A estão de acordo com o apresentado na Cartilha da Diversidade na escola (Kamel, 2008):

Não existe definição única para a sexualidade humana, nem um padrão. Na adolescência, há experimentação de diversas formas de expressão de novas sensações e prazeres. Estas experiências não necessariamente vão definir a identidade da pessoa ao longo de sua vida. É sabido que a sociedade cria padrões de normalidade e reprime determinadas condutas não condizentes às suas expectativas (p. 17).

Ainda na mesma aula, quando se discutia acerca da ação hormonal desencadeada pela puberdade no homem e na mulher, um estudante discorre:

Sempre senti que comigo as coisas eram diferentes, mas foi só na puberdade que eu percebi o porquê; eu via os meninos mudando de voz, criando músculos, ficando com o rosto coberto de espinhas, nojentos, enquanto isso as meninas desenvolviam seios, menstruavam, tinham curvas no corpo. Foi um momento decisivo pra mim, não me identifico com o meu corpo, eu sinto como [...] se eu tivesse uma vagina mental, e meu gênero fosse oposto à minha identidade (Estudante B).

A fala do estudante B evidencia a correlação entre os diferentes conceitos que foram desenvolvidos nas aulas. Primeiramente ele relaciona a puberdade ao processo de mudança corporal, desencadeado por hormônios, utilizando-se desses para explicar a forma com que se sente e se percebe no mundo; mostra clareza dos conceitos de gênero e identidade sexual e ainda amplia a sexualidade, adicionando a ela um conceito mais psicológico.

Para Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo de relações baseadas nas diferenças depreendidas entre os sexos. São símbolos culturalmente disponíveis que conjuram representações simbólicas e contraditórias; posteriormente, têm-se os conceitos normativos que manifestam explanações dos significados que procuram enquadrar e abarcar suas verossimilhanças metafóricas. Esses conceitos normativos estão expressos nas doutrinas das instituições que tomam a forma típica de uma oposição binária inabalável, e essas normas impõem categoricamente o que é homem e o que é mulher e o significado de feminino e masculino.

Na medida em que se estabelecem formulações de gênero baseadas no sexo do indivíduo, cria-se um conjunto de referências que determinam a compreensão e a sistematização concreta e simbólica imposta pelas relações sociais. Entre os diversos exemplos destas formulações destaca-se: "isso é coisa de homem" ou "isso é coisa de mulher". Esses parâmetros determinantes de gênero passam a ser submetidos à concessão de poder por meio do domínio ou admissão distinta aos recursos materiais e simbólicos, tornando a conceituação de gênero um fundamento determinante para a própria concepção e verificação das relações de poder (Scott, 1995).

O trabalho de sistematização da unidade de gênero, identidade e orientação sexual, também apresentou falas interessantes dos alunos. Questionados acerca do que é ser homem ou mulher na sociedade contemporânea, apareceram respostas como:

Ser homem é mais que ter um pênis, é ter responsabilidade pelas suas ações (Estudante C).

Ser homem é sentir-se homem, sentir-se pertencente ao sexo masculino, mesmo que no meio do caminho exista uma vagina (Estudante A).

Ser mulher, em primeiro lugar, é difícil, mas ser mulher não é mais ser dona de casa, cuidar dos filhos; a mulher moderna é autônoma e independente (Estudante D).

Ser mulher é ser livre, é ser feliz com suas escolhas (Estudante E).

Autores como Silva (2010) tecem críticas aos modelos de ensino que, durante muito tempo, perpetuaram a desigualdade entre homens e mulheres, estabelecendo uma hierarquização e construção social de carreiras caracterizadas como destinadas a homens e a mulheres. As respostas apresentadas parecem romper com estigmas e estereótipos

construídos socialmente, evidenciados nas falas, como a ideia da responsabilidade pelas ações, identidade de gênero, liberdade e autonomia da mulher.

Ainda acerca dos crimes de ódio contra homossexuais e transexuais, apoiados em notícia e estatísticas de morte de LGBTs, destacam os estudantes A e C: “É ironia dizer que existem crimes, só porque existem diferentes formas de amor” (EA); “Eu condenaria todas as pessoas que cometem esses tipos de crime; infelizmente as pessoas ainda não conseguem respeitar a diversidade; isso é muito triste” (EC).

Estatísticas mostram que a homofobia hoje, no Brasil, é responsável pela morte de um LGBT a cada 25 horas (Alvim, 2017), e o Brasil lidera o ranking de país que mais assassina transexuais no mundo (Ayer, Bottrel, 2017). Contrapondo essa triste realidade, a fala dos estudantes revela o respeito pela diversidade e o repúdio total a qualquer forma de preconceito.

Os últimos aspectos analisados foram os sentidos e significados atribuídos à família e as opiniões sobre os novos arranjos familiares da sociedade contemporânea, em que destaca-se as falas de EF e EG: “Família é amor, não importa se são dois pais, duas mães, só pai ou só mãe; família é a melhor coisa” (Estudante F). “Os novos arranjos de família recebem bastante críticas, acho que as pessoas precisam amar mais umas às outras” (Estudante G).

O Código Civil Brasileiro (Brasil, 1988) define como família, nos termos legais, a união formada por um homem e uma mulher, deixando ilegítimos e marginalizados socialmente outros arranjos familiares. A ampliação do conceito é adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, embora ainda mantenha a família como resultado de uma união heteroafetiva, amplia a visão para a afetividade entre os envolvidos. As visões apresentadas pelos estudantes parecem destoar de tal padrão, o que indica a superação da visão retrógrada de núcleo familiar, ainda impregnada na maioria da sociedade e defendida por setores mais conservadores. Ademais, as falas apresentam a ideia de que contra o amor não há quem possa, e que papai, mamãe, tia, parecem ter ficado apenas na memória da letra da música dos Titãs.

Nessa perspectiva, Scott (1995) sugere que o entendimento sobre gênero abandone o sistema de parentesco e inclua outros aspectos presentes nas sociedades contemporâneas, entre eles o mundo do trabalho, a educação e o sistema político. Conforme a autora:

O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco (p. 87).

Laços parentais, performances, identidades, orientação sexual, foram temáticas que emergiram nas narrativas dos alunos a partir da Situação de Estudo, possibilitando o acolhimento de questões do seu cotidiano e construindo um espaço de produção de conhecimento com pertencimento e significados.

Reflexões Finais

O presente trabalho oportunizou a formação de sujeitos críticos, que observam, argumentam, formam opinião sobre a realidade que os cerca e que se conectam às discussões que emergem no contexto social. A formação escolar não deve ser pensada como um acúmulo de informações, mas vislumbrada como uma trajetória de conceitos, na qual o biológico e o social se completam, e a visão de mundo se amplia e se esclarece.

Nos dias atuais não se pode afirmar que o currículo oficial tenha assimilado sequer parte das relevantes e necessárias construções dos estudos de gênero. Nesse sentido, podemos indicar que as aulas de biologia podem ser espaços fecundos para discussões de relevância social e que impactam na constituição subjetiva, no desenvolvimento físico e na educação dos jovens. Nessa direção, podemos indicar a possibilidade de um currículo de perspectiva crítica, considerando que este pretende estabelecer relações entre o conhecimento organicista, a identidade de gênero e as relações de poder estabelecidas a partir dessas análises.

As aulas de biologia ainda necessitam superar a barreira do disciplinar e utilizar-se de situações, problemáticas, fatos, notícias e assuntos que estão inseridos no dia a dia dos estudantes. A reflexão sobre a experiência utilizando a Situação de Estudo nas aulas de biologia, indica a pertinência e a demanda dos alunos acerca da discussão de tais conceitos e conflitos que se articulam com conteúdos curriculares da biologia.

Referências

- Alvim, M. (2017, Janeiro 24). Homofobia mata um LGBT a cada 25 horas. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/homofobia-mata-uma-pessoa-cada-25-horas-norte-tem-maior-indice-20819002>
- Ayer, F., Bottrel, F. (2017, Setembro 3). Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais. *Estado de Minas*. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>
- Beauvoir, S. de (1973). *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Brasil (1990). Estatuto da criança e do adolescente. Em: *Lei Federal nº 8069*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Brasil (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- Brasil (1998). Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Butler, J. P. (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Obra originalmente publicada em 1990).
- Colling, L. (2015). O que perdemos com os preconceitos? *Revista Cult*, 202 (18): 22.
- Fausto-Sterling, A. (2006). Cuerpos sexuados. *La política de género y la construcción de la*

- sexualidade* (A. García, Trad.). Barcelona: Melusina. (Obra originalmente publicada em 2000).
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (L. M. Ponde Vassalo, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Obra originalmente publicada em 1975).
- Kamel, L. (2008). *Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais da educação precisam saber*. Rio de Janeiro: Abia. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/868/20.pdf?sequence=1>
- Moreira, M. A. (2017). *Teorias da aprendizagem*. São Paulo: EPU.
- Oliveira Boff, E. T., Frison, M. D., Silva, V. P., Lottermann, C. L. & Del Pino, J. C. (2008). Situação de estudo: uma possibilidade de reconstrução de teorias e práticas docentes. Em Galiuzzi, M. do C.; Auth, M. A.; Moraes, R.; Mancuso, R. (eds.), *Aprender em rede na educação em ciências* (Vol. 1, pp. 91-112). Ijuí: Ed. Unijuí.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2): 71-99.
- Secretaria de Educação Fundamental do Brasil. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>
- Silva, T. T. (2010). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

ⁱ B. F. Skinner, principal pensador da concepção Behaviorista, enfoque que teve enorme influência nos procedimentos e materiais usados em sala de aula no ensino de qualquer disciplina, principalmente nas décadas de 60 e 70. Analisava as relações funcionais entre estímulo e respostas, ignorando as variáveis intervenientes e concentrava-se no controle e predição das relações entre as variáveis de estímulos e respostas (Moreira, 2017).

ⁱⁱ Neste artigo, que relata uma experiência, não adentraremos na discussão sobre sexo. É importante salientar, entretanto, que Money, Ehrhardt e as feministas dos anos 70 estabeleceram os termos do debate: o sexo representava a anatomia e a fisiologia e o gênero as forças sociais que moldavam o comportamento. Posteriormente, conforme indica Fausto-Sterling (2006), "sexo" não é uma categoria puramente física. Os sinais e funções corporais que nós definimos como masculinos ou femininos já estão imbricados em nossas concepções do gênero. Neste trabalho utilizamos a conceituação de Fausto-Sterling, em que a denominação das genitais é uma condição cultural, portanto de gênero, entretanto determinada pelos discursos dominantes.